

Relação mudança nos hábitos de consumo x índices de inadimplência

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A Tendências Consultoria projetou em relatório recente que, mesmo com a liberação do auxílio emergencial, a população do país deve enfrentar uma diminuição de renda na casa de R\$ 157 bilhões em relação ao ano passado. Já em 2020, analisando a primeira fase da crise, um estudo da FGV Social indicou queda de mais de 20% na renda individual do brasileiro. Obviamente, esse impacto não é uniforme, uma vez que há setores econômicos mais ou menos afetados pelo cenário atual – não à toa, o levantamento da FGV Social indicou também um aumento de 2,82% na desigualdade de renda entre os brasileiros. Em que pesem essas variações, a queda no poder de compra da população forçou, por sua vez, uma mudança profunda dos hábitos de consumo do brasileiro que, segundo pesquisa divulgada pela Fecomércio/SP no fim de outubro, afetou a realidade de 72% dos cidadãos do país incluindo, por exemplo, desde cortes gerais de gastos (para 54% da população), passando por queda no consumo de roupas e calçados (42%) e, até mesmo, a compra de bens essenciais, como alimentos e remédios (22%). Para compensar a queda no rendimento e da atividade econômica do país, muitos cidadãos e empresas recorreram também ao crédito e ao aumento de parcelamentos, inclusive para a compra de bens essenciais. Um estudo sobre os hábitos de consumo da população divulgado pelo Itaú no fim de fevereiro deste ano apontou, por exemplo, que os parcelamentos de em 10 ou mais faturas cresceram 12,8% em relação a 2019, ao passo que, segundo o Banco Central, as operações de crédito cresceram 5,2% no ano passado, com destaque para as contratações pelas empresas. Dado este cenário, o endividamento das famílias e das empresas cresceu de modo significativo. Em agosto do ano passado, as dívidas corporativas de empresas não-financeiras chegaram a 60,5% do PIB – em dezembro de 2019, este índice era de 51,2%, de acordo com o Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec/Fipe). Em contrapartida, em 2020, 66,5% das famílias brasileiras estavam endividadas, dado recorde segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência dos Consumidores, apurada pela CNC desde 2010. Mesmo neste contexto de apelo ao crédito e parcelamentos para compensar a significativa queda no poder de consumo da população brasileira, os índices mais recentes de inadimplência, por hora, têm mantido movimentos moderados. E quais considerações podemos fazer a esse respeito? Tal moderação pode ser reflexo da proatividade dos credores na gestão dos contratos com maior risco de atraso, do crescimento do volume concedido de crédito, que atenua a taxa de inadimplência das carteiras no curto prazo – o chamado efeito denominador do índice – ou da possibilidade de suavização dos resultados contábeis, derivada do processo de estimativa de perdas esperadas e provisionamento para créditos com liquidação duvidosa. Obviamente, também pode ser uma combinação das três possibilidades. Considerando estes fatores, ainda é cedo para previsões otimistas ou pessimistas. Tudo dependerá do desenrolar da crise e de fatores diversos que incluem, por exemplo, a decisão (ou não) de novos e mais extensivos períodos de isolamento social severos que podem desencadear em um agravamento da crise econômica e influenciar a capacidade dos brasileiros em quitar suas dívidas, parcelamentos e operações de crédito. Pedro Bono – CEO e cofundador na Receiv, sistema de cobrança inteligente.

